

## Reseñas / Recensões críticas

---

Nancy dos Santos Casagrande, *A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI: Um percurso historiográfico*, São Paulo, Editora PUC-SP, 2005, 225 pp.

Jefferson Lucena dos Santos<sup>1</sup>

PUC/SP

jefflucenas@hotmail.com

As funções doutrinárias dos padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, pautadas em suas cartas missionárias, revelam a realidade sobre o processo de implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI.

Essas cartas, do período seiscentista, divididas em dois grupos, delimitados de 1554 a 1584, missivas de José de Anchieta, de 1549 a 1561, missivas de Padre Manoel da Nóbrega, são objetos de estudo da pesquisadora Professora Doutora Nancy dos Santos Casagrande, em seu trabalho intitulado *A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI: Um percurso historiográfico*.

Mais do que evidenciar como se deu o processo de implantação da língua portuguesa na colônia, a autora reflete sobre as questões linguísticas a partir dos primeiros “sistematizadores” da língua, a saber: Fernão de Oliveira e João de Barros.

Em sua pesquisa, o percurso historiográfico é um facilitador para a compreensão dos caminhos seguidos pelos portugueses, nas questões alusivas à educação da época e, evidentemente, à política linguística subordinada à política expansionista imposta pela metrópole. Assim, para a relevância, a professora se baseia nos preceitos historiográficos traçados por Konrad Koerner e Pierre Swiggers, na Europa, e Cristina Altman e Neusa Barbosa Bastos, no Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP.

Levando em conta os preceitos da historiografia linguística, o trabalho é apresentado em quatro capítulos: *Capítulo 1 – A concepção de historiografia linguística e de política linguística*, *Capítulo 2 – O quadro de definição do ensino em língua portuguesa em Portugal*, *Capítulo 3 – O quadro de definição do ensino em língua portuguesa no Brasil* e *Capítulo 4 – Análise de documentos*.

No primeiro, temos a concepção de historiografia linguística e de política linguística. A autora demonstra cuidado em apresentar as breves concepções de historiografia e, posteriormente, a concepção de historiografia linguística. Essa preocupação gira em torno do surgimento recente da HL, disciplina que surgiu a partir do *Movimento dos Annales* cuja preocupação era uma nova forma de se fazer história, pautada na despreocupação com a periodização.

Diante disso, a investigadora - ciente do campo ainda não conhecido por muitos estudiosos brasileiros - busca evidenciar as concepções de historiografia, a definição de historiografia linguística e os possíveis métodos dessa disciplina. Dessa forma, seu caráter pedagógico se faz presente ao expor no que consiste a historiografia linguística, assim como todos os entornos dessa disciplina.

Como evidencia a pesquisadora, na perspectiva de Swiggers (1990), a HL é uma disciplina cujos objetivos correspondem ao descrever e explicar o conhecimento linguístico através dos tempos. Assim, entendemos que o historiógrafo da linguística analisa os conceitos apresentados em uma dada obra e reconstrói o contexto que propiciou o aparecimento daquele conceito, de seu conhecimento ou de sua rejeição.

A partir dessa perspectiva, o estudo *A Implantação da língua portuguesa* deixa transparecer as categorias de análise, buscando detectar em que medida há um comprometimento da Igreja, na instauração de uma política de implantação da língua portuguesa no Brasil. Para tanto, faz-se necessário mencionar que os demais capítulos correspondem aos princípios traçados por Konrad Koerner (1996): *contextualização*, *imanência* e *adequação*.

Conforme os princípios metodológicos, na *contextualização* – traça-se o clima de opinião, observando a época em que o documento foi escrito (dados contextuais); no *princípio de imanência* – levantamento de informações (produz efeito restaurador do passado que possibilita a compreensão do documento); e no *princípio de adequação* – possibilidade de o historiógrafo da linguística reatualizar

o documento, sendo assim, um realce dos fatos do passado, mediado pelas preocupações do presente.

E, quanto a isso, acrescenta-nos Bastos (2004, p. 80), arrolados esses princípios como fios condutores do trabalho historiográfico, resta-nos afirmar que o historiógrafo deve detectar, analisar e explicar as mudanças, sem se deixar envolver.

Sendo assim, Casagrande segue criteriosamente os princípios metodológicos, evitando-se interpretar os fatos passados com interesses e olhares atuais.

Em seu trabalho, temos a valorização do contexto, que se pulveriza no decorrer do segundo e terceiro capítulos, ressaltando-se a sua magnitude para o estudo da historiografia, por estar conectado ao movimento social e intelectual do período analisado.

Assim, levando em consideração os passos metodológicos koernerianos, a autora apresenta a *contextualização* nos capítulos 2 e 3, a *imanência* e *adequação* são apresentadas concomitantemente no capítulo 4.

No capítulo 2, denominado *O quadro de definição do ensino em língua portuguesa em Portugal*, além de encontrarmos o quadro de ensino da língua em Portugal, temos uma retomada histórica do processo de expansão marítima e de suas consequências no estabelecimento de política linguística. Aqui, é apontada a magnitude das publicações a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa – Cartinha, Gramática e Diálogo da Viçiosa Vergonha*, de João de Barros, publicada em 1540, para a concretização dessa política de implantação da língua portuguesa no Brasil.

Ao trabalhar com as primeiras gramáticas portuguesas, a pesquisadora demonstra conhecimento das preocupações linguísticas e políticas manifestadas por Oliveira e Barros. O primeiro evidencia suas preocupações em suas “anotações”: enaltecer a língua portuguesa, aproximando-a das línguas de prestígio, como o latim e o grego e a tentativa em descrevê-la. O segundo, João de Barros, tem como objetivo a preocupação com o ensino do bem falar e do bem escrever, apresentando no decorrer de sua obra um sentimento patriótico em relação às demais línguas.

O terceiro capítulo faz referência ao quadro de definição do ensino de língua portuguesa no Brasil. Para isso, a autora buscou na

história, daí a importância da ciência história para uma pesquisa historiográfica, o reflexo que a expansão marítima teve no país, no tocante à instauração de uma política linguística. A partir dessa exposição, são apresentadas as cartas jesuíticas confeccionadas no estabelecimento de uma política educacional da colônia, com a implantação dos primeiros colégios.

É possível visualizarmos que a autora concilia os estudos linguísticos portugueses de Fernão de Oliveira e João de Barros com as cartas missionárias de José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, cumprindo assim com o princípio da *adequação*, quarto capítulo da pesquisa.

No quarto e último capítulo, temos a análise, realizada por meio de categorias expostas no primeiro capítulo, das gramáticas portuguesa do período seiscentista, fontes primárias de consulta, em Portugal, e as cartas jesuíticas, fontes primárias de consulta no Brasil. As gramáticas, datadas em 1536 e 1540, assim como as cartas, enviadas a Portugal no período de 1549 a 1584, serviram como *corpus* no estabelecimento do caminho historiográfico da língua portuguesa, no Brasil do século XVI.

Por fim, as considerações finais cumprem seu papel ao demonstrarem o alcance dos objetivos iniciais propostos pela investigadora: estabelecer o quadro de definição do ensino de língua portuguesa em Portugal e no Brasil, perceber em que medida a Igreja serviu como instrumento do Estado na implantação de uma política linguística e colaborar para a definição de um método de trabalho para a historiografia do ensino de língua portuguesa.

Assim, o quadro de definição do ensino de língua, tanto em Portugal quanto no Brasil, no século XVI, foi evidenciado ao leitor. Em suma, em Portugal, a questão educacional ficou a cargo da Igreja, mais precisamente dos dominicanos. Quanto ao ensino de língua portuguesa, não tínhamos ainda uma formalização nas escolas até a publicação das gramáticas mencionadas anteriormente.

No Brasil colônia, a educação foi implementada pelos jesuítas, cuja finalidade era a catequização dos índios. No que concerne ao ensino de língua no Brasil, a pesquisadora conta que os padres aprendiam a língua indígena ao mesmo tempo em que ensinavam a língua do colonizador.

Contudo, atrelada às questões educacionais e linguísticas, percebemos que a Igreja servia sim como instrumento do Estado na

medida em que ela precisava do apoio da Coroa para instituir a organização escolar nas capitâneas, quando de sua chegada em 1549.

Dessa forma, a pesquisa apresentada em *A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI: Um percurso historiográfico* deu-se em função do estabelecimento de categorias específicas para análise das fontes produzidas no século XVI. Portanto, entendemos que o historiógrafo tem autonomia para a realização de uma atividade no âmbito da HL, a partir do momento em que necessita buscar meios para a realização de seu estudo. No entanto, para análise de um documento, é necessário um conhecimento enciclopédico para que a compreensão não ocorra erroneamente.

Com essa visão, a pesquisadora cumpre seu papel de historiógrafo com maestria, descrevendo, explicando as mudanças que houve, durante o percurso investigado, sem se deixar envolver pela novidade, pela originalidade e pela criatividade nos dias de hoje.

Assim, na *Implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico* a língua é observada por diversos prismas desde a sua função doutrinária das cartas de Anchieta e Nóbrega, passando pelas gramáticas de Oliveira e Barros, no século XVI, até os estudos historiográficos do século XXI.

## Bibliografia

- Bastos, Neusa M. O. Barbosa. (Org.). (2004). O Fazer Historiográfico em Língua Portuguesa. *Língua Portuguesa em Calidoscópio*. (Série Eventos). São Paulo: EDUC.
- Bastos, Neusa M.O.B.; Palma, Dieli (Orgs.). (2004). *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Casagrande, Nancy dos Santos. (2005). *A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico*. São Paulo: Educ.
- Koerner, Konrad. (1987). *On the problem of influence in Linguistic Historiography*. In: Aarsliff et al. (eds), p.13-28.
- \_\_\_\_\_. (1996). Questões que persistem em historiografia lingüística. In: *Revista da ANPOLL*, nº 2, p.47-70.

Swiggers, P. (1990). Histoire et Historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. Coste, D. (ed). *Études de Linguistique Appliquée*, n. 78.

---

**Neusa Barbosa Bastos/Dieli Vesaro Palma (orgs.), Beatriz Santana... [et al.], *História Entrelaçada 5: Estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – década de 1950*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2012, 349 pp.**

Leonardo P. Valverde  
Universidade Federal Fluminense  
valverde.le@gmail.com  
www.leonardovalverde.com

O livro *História Entrelaçada*, em seu quinto volume, é fruto das pesquisas de um grupo (Grupo de Pesquisa Historiográfica da Língua Portuguesa) do IP-PUC/SP; os oito capítulos da obra foram escritos por pesquisadores vinculados ao instituto, professores e especialistas em língua portuguesa, todos lecionando em universidades brasileiras. É um quinto fruto de uma trajetória que começou em 2004, com o primeiro volume de *H.E*, já consolidando, portanto, a divulgação bienal das pesquisas deste grupo (GPeHLP). Sob a organização das professoras-pesquisadoras Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma.

Neste quinto volume, os autores centraram suas pesquisas “sobre a linguagem em materiais didáticos da década de 1950”, selecionando, para tanto, livros publicados entre 1950 e 1960 cujos autores fossem representativos do período nos três níveis escolares: o primário, o ginásio e o colégio (clássico e científico). A pesquisa foi feita sob a pergunta “*Como a investigação dos estudos da linguagem se manifesta nos materiais didáticos, a partir da lei de 1946?*”, donde se estabeleceram análises a partir dos itens: concepções de linguagem e o ensino da língua portuguesa; b) concepções de linguagem subjacentes a propostas pedagógicas: anterior a 1940, até 1950 e 1960. Todas relacionadas aos mais recentes estudos sobre História do Presente, Memória e Historiografia Linguística.

Em relação à metodologia usada pelos pesquisadores, deixam claro que sua pauta fixa-se na Historiografia Linguística de acordo com